

AS RELAÇÕES ENTRE A IGREJA E O PODER MONÁRQUICO PORTUGUÊS: OS SERMÕES DE ANTONIO VIEIRA COMO BASE IDEOLÓGICA PARA A MANUTENÇÃO DA RESTAURAÇÃO¹

Maria Conceição da Glória Santos*

Resumo: Em Portugal, no século XVII, é possível verificar a existência de uma estrutura ideológica baseada nos moldes do Antigo Regime, onde as relações entre a Igreja e o poder monárquico eram entrelaçadas, mesmo já tendo ocorrido as transformações sociais, políticas e econômicas do Renascimento. Nos momentos de instabilidade política essas relações tornam-se mais evidentes. Tal fato pode ser observado em 1640, quando Portugal se livra do domínio espanhol, dando início ao período da Restauração. O presente projeto se propõe a compreender como se constituíram essas relações, investigando a construção ideológica e social empreendida pela Igreja no Antigo Regime que serviram de lastro para a cooperação existente entre os dois poderes, bem como sua permanência nos seiscentos. Para isso, o objeto de estudo escolhido é o discurso e o papel político do Pe. jesuíta Antonio Vieira. Por meio da análise de seus sermões e de outros escritos do período buscamos identificar na oratória do jesuíta as bases ideológicas da manutenção da Restauração recém conquistada.

Abstract: In Portugal on the Seventeenth century is possible to verify the existence of an ideological structure based upon the Old Regime, where the relationship between the Church and monarchy where mixed, even the social, political and economical transformations had already been settled in the Renaissance. In those moments of political instability this relationship becomes more evident. This can be observed in 1640, when Portugal gets free from the Spanish domain, which started the Restoration period. This research has the purpose in comprehend how these relationships were created, investigating the social and ideological construction managed by the church in the Old Regime, which served as a way of cooperation between the two powers, as well as its permanence in that Century. To accomplish that, the object of study chosen was the speech and the political acts of the jesuistic priest Antonio Vieira. Through the analisis of his speeches and other documents written by him, we look for identify the ideological basis of the conquered Restoration maintenance.

¹ Este texto é parte adaptada do Projeto de mestrado aprovado na Seleção de mestrado em História Social 2009 da Universidade Estadual de Maringá/UEM.

* Mestranda em História Social na Universidade Estadual de Maringá/UEM-PR.

Mesmo já tendo ocorrido na Europa as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do contexto comumente chamado de Renascimento, a sociedade portuguesa dos seiscentos ainda conservava uma estrutura dividida em três camadas, ou “três estados”: clero, nobreza e povo, ou seja; era ainda a estrutura das ordens medievais (DUBY, 1982). É claro que no século XVII essa organização social já não era a mesma do período feudal, mas em Portugal, esse tipo de divisão ainda era a base das relações sociais devido à enorme influência que a Igreja exercia.

A Igreja era a responsável pela legitimação das relações sociais, pois acumulava dois poderes: o ideológico (detentora do conhecimento), e o poder mediador entre a humanidade e o divino (provedora dos sacramentos): “A Igreja, como produtora ideológica, traçava a imagem que a sociedade deveria ter de si mesma.” (FRANCO JÚNIOR, 1992: 71)

Essa estrutura social começou a ser montada ainda no século XI pelos bispos da Igreja Católica, com base na hierarquia militar romana. A idéia parte do princípio de que existe uma parte da sociedade (os clérigos) que merece dirigir a outra, por ser moralmente superior e capaz de falar e reger os demais, (DUBY, 1982).

Com interpretações de passagens bíblicas (principalmente algumas epístolas de Paulo), aliadas aos comentários de Santo Agostinho e Gregório, o grande, os bispos da Igreja criaram toda uma base ideológica para definir e justificar o papel de cada ordem dentro da sociedade:

[...] O único manuseio do conceito legado pela moral política do século IX levava a dividir em três o campo social: os detentores da “autoridade”, encarregados de conduzir o combate espiritual, os detentores da “força”, encarregados de dirigir o combate temporal e, finalmente, os “servos” ou “escravos” (servi), que não usam a espada, emblema do poder, nem oram e só têm o direito de estar calados e o dever de obedecer, passivos, submissos. (DUBY, 1982:101).

Para Kantorowicz, outro estudioso do período medieval, a Igreja podia ser comparada a uma congregação política de homens e o papa (*Apud* SENA, 2003). Eram imunes de qualquer responsabilidade econômica para com os reinos, pois sua tarefa era intermediar as relações entre os homens e Deus, entre o céu e a terra. Á eles cabiam a “direção” do rebanho.

[...] Sentindo-se designados para guiar os poderes do universo, se não para usarem diretamente o poder, os “prelados” começaram a manipular as velhas fórmulas, para que fossem ainda capazes de justificar as maneiras de exercer a autoridade-maneiras que mudavam insensivelmente. (DUBY, 1982: 144).

Em Portugal, de acordo com Saraiva (1998), mais do que em qualquer outra nação, a relação entre clero e poder real sempre, desde os primeiros reinados, foi de muita cooperação. O poder real protegia e presenteava o clero com doações e construções de igrejas, enquanto este dava a sustentação ideológica necessária para a consolidação do Estado português. Os reis portugueses não discutiam os privilégios do clero, pelo contrário; aumentavam-lhe.

Ernesto Cerveira de Sena (2003) sintetiza essa relação entre Clero e poder real da seguinte forma: “Houve muitas trocas e empréstimos entre a Igreja e o Estado que acabaram produzindo um sacerdócio com aparência imperial e o reinado leigo adquiriu um toque clerical.” (SENA, 2003: 75-76).

Em períodos de turbulência política essa relação de cooperação se evidenciava. Em 1640 Portugal se livra do domínio espanhol, pondo fim à União Ibérica e dando início ao período da Restauração: momento de grande instabilidade política em que Portugal teve que procurar meios para consolidar sua recém conquistada liberdade perante as demais nações européias e ao mesmo tempo lutar contra as invasões holandesas de suas colônias na América, África e Ásia (BOXER, 2002). Missão esta que não se configurava nada fácil, como bem observa Saraiva:

[...] o resultado geral da diplomacia da Restauração foi pois o de que saímos de um bloco, mas não conseguimos entrar em outro, e pagamos com posições orientais e com importantes concessões econômicas na metrópole as vantagens que tentamos conseguir no quadro político europeu. (SARAIVA, 1998: 214).

É nesse contexto que começa a se destacar no cenário político, através de seus sermões, o Pe. Jesuíta Antonio Vieira. Lisboa de nascimento, mas criado e educado no Brasil de onde chega em 1641 com a missão de felicitar o recém entronado D. João IV.

De acordo com Alfredo Bosi (2006), há uma tentativa jesuítica de dar cobertura ideológica aos projetos do poder e Vieira vê na oportunidade de ir a Lisboa o momento propício para ser o ideólogo da monarquia portuguesa.

Como membro do clero, e mais especificamente da Companhia de Jesus, Vieira expressava as idéias da “Causa” que incluía a Contra Reforma e o fortalecimento da Igreja e do Estado. Para um membro da Companhia de Jesus realizar essa “Causa” era estar fazendo a vontade divina. No entanto, o que diferencia Vieira é seu extremado nacionalismo, o que o faz participar ativamente da política portuguesa, mas sem jamais perder de vista as bases doutrinárias da Igreja Católica (Pécora, Apud. SENA, 2003).

O critério de Vieira, e de seu tempo, era ajustado a uma organização social que ainda praticava o estilo de vida tradicional, com práticas semifeudais com base nos privilégios, em que a sociedade era dividida em dois grupos distintos: os que detinham estes privilégios (a nobreza, primeira e segunda, em que se incluíam os oficiais de armas e a alta magistratura, e o clero em geral) e os que não tinham privilégio algum (incluíam os negociantes, lavradores, artífices, assalariados, jornaleiros e mercadores). Assim, quando Vieira profere seu discurso, é para essa estrutura social que se dirige.

A ação de Vieira se deu em pleno Antigo Regime, antes que a crítica das Luzes começasse a arranhar a metafísica social incrustada nos estamentos. Vieira falava a um auditório para o qual o nobre era ontologicamente nobre; o clero, clero in aeternum; o vilão, vilão. [...](Bosi,1992: 123)

E ainda:

O seu empenho político o obrigava a induzir os outros a uma reestruturação conceitual de valores, inquietantemente dialética [...]. Daí vem a estranha modernidade de alguns textos seus, que podem parecer fora de contexto se a referência é o universo hierárquico e contra-reformista da Península Ibérica nos seiscentos. (Idem: 124)

Vieira sabia como ninguém adequar o discurso à platéia. Conseguiu, desde o início, cair nas graças da nobreza lusitana e principalmente influenciar o Rei D. João IV, que o torna seu conselheiro. De acordo com Pécora (2005), os sermões vieirianos contemplavam aspectos temporais e espirituais, sem, contudo sobrepor um ao outro, interligando-os, sendo que a descoberta dessa ligação era o ponto central de seu discurso. O discurso se orienta no sentido de mover o ouvinte para uma ação, assim, Vieira se dirige à coletividade institucional para que tomem uma atitude a fim de preservar o poder real. Como fica claro no Sermão de Santo Antonio de 1642:

O estado eclesiástico deixe de ser o que é por imunidade, e anime-se a assistir com o que não deve. O estado da nobreza deixe de ser o que é por privilégio, e alente-se a concorrer com o que não usa. O estado do povo deixe de ser o que é por possibilidade, e esforce-se a contribuir com o que pode; e desta maneira, deixando cada um de ser o que foi, alcançarão todos juntos a ser o que devem, sendo esta concorde união dos três elementos, eficaz conservadora do quarto: Vos estis sal terrae. (Apud PÉCORA, 2001:326)

Desse modo podemos supor que a oratória do Pe. Jesuíta Antonio Vieira reflete as relações de cooperação, construídas nas bases do Antigo Regime, existentes entre o poder religioso e o poder monárquico português no século XVII e, mais ainda, que sua sermonística

servia de lastro ideológico para a consolidação e manutenção do poder real no período conturbado da Restauração.

Com o surgimento da historiografia dos *Annales*, no início do século XX, houve uma ampliação da concepção de documento histórico fazendo com que o historiador alargasse seu campo de atuação e diálogo com as demais áreas do conhecimento tais como: literatura, antropologia, psicologia entre outros.

Isso proporcionou uma discussão frutífera que só veio a enriquecer a compreensão e as interpretações da complexa experiência humana ao longo do tempo. No entanto, o que vai nortear o fazer histórico é a crítica desse documento, promovendo uma ampliação e aprofundamento do conhecimento histórico (BLOCH, 2002; LE GOFF, 1998). Sobre isso Le Goff nos ensina que:

Repensar os acontecimentos e as crises em função dos movimentos lentos e profundos da história [...] preferir a história das realidades concretas-materiais e mentais- faz com que o historiador, e os demais cientistas sociais, tenham outra concepção do mundo e de sua evolução.(LE GOFF,1998: 16)

Nesse sentido, fazer uma leitura ideológica dos discursos do Pe. Jesuíta Antonio Vieira no período da Restauração portuguesa é entendê-lo como mais um canal que comunica a história através das narrativas, do estilo, fazendo com que o passado ressurja, revelando as estruturas profundas das sociedades e de sua evolução. É de suma importância compreender o papel de Antonio Vieira na História portuguesa dos seiscentos. Religioso, dotado de excelentes dotes oratórios e sofisticada erudição, conseguiu destacar-se também na política, tornando-se um dos principais colaboradores de D. João IV. Dono também de um patriotismo extremado, o que o fez participar ativamente dos principais acontecimentos do período pós Restauração. Alfredo Bosi nos informa sobre a importância de Vieira da seguinte forma:

Existe um Vieira brasileiro, um Vieira português e um Vieira europeu, e essa riqueza de dimensões deve-se não apenas ao caráter supranacional da Companhia de Jesus que ele tão bem encarnou, como à sua estatura humana em que não me parece exagero reconhecer traços de gênio. (BOSI, 1992:44)

Essa tentativa de entender o papel político desempenhado por Vieira é feita através de uma análise do discurso vieiriano, entendendo-o como um jogo de contradições resultante do processo histórico ao qual está inserido, seja negando-o ou afirmando-o. Interrogando as fontes, buscando novas interpretações do processo histórico, tentamos encontrar as “molhas ocultas da história” para a construção do fazer histórico (BLOCH, 2002).

Não há como entender o discurso vieiriano sem situá-lo no contexto do período Barroco, porém o Barroco entendido não apenas como estilo literário, mas como um processo histórico complexo de intensas contradições. À época do século XVII os membros da sociedade eram habituados a serem ouvintes interessados do discurso homilético, o que chegava mesmo a um caráter compulsório, denotando certa disponibilidade dos indivíduos não atingidos pelas críticas reformistas de serem persuadidos pela prédica (SANTOS, 1997).

Esta sociedade ainda preservava aspectos feudais em suas estruturas, onde os atores sociais não agiam segundo a sua individualidade, mas eram bastante influenciados, ou mesmo submetidos às hierarquias sociais, à Igreja, à monarquia. Assim, a cultura barroca funciona, para usar um termo de Beatriz Catão Cruz Santos, como uma “cultura diretiva”, que visa a incorporação e conformidade dos homens ao poder do Estado e da Igreja: “Nesse sentido os sermões de Vieira são para moldar, direcionar os homens, seus pensamentos e entendimentos, suas vontades para um intuito.” (Idem:)

E finalmente, entendendo que os estudos da obra de Vieira se concentram com maior afinco e quantidade na área de Literatura e Lingüística dos cursos de graduação e pós graduação em Letras, em que os discursos são analisados sobretudo sob o ponto de vista estético e qualidades oratórias, o presente projeto se apresenta como uma forma de ampliar essas análises, chegando ao campo histórico e revelar, aquilo de Bourdier chamou de “paradoxos da doxa” (BOURDIER, 2003), realizando uma leitura ideológica, interrelacionando texto e contexto, buscando nesses discursos interpretações históricas, políticas e sociais, e contribuindo para uma articulação mais densa entre os estudos literários e históricos, ou mesmo resgatando a importância do estudo histórico de Antonio Vieira que tão bem representa as formas de pensar e agir de seu tempo, refletindo nas Instituições de sua época.

Como já foi explicitado, o presente projeto se propõe a compreender as relações existentes no Século XVII entre a Igreja e o Estado em Portugal, tendo como enfoque o discurso e ação do Pe. Jesuíta Antonio Vieira no período da Restauração. Para tanto será fundamental reconstituir os alicerces em que se originaram e se firmaram essas relações ainda na Idade Média. Desse modo, fazer leituras e estabelecer diálogos entre autores como George Duby, Hilário Franco Júnior, José Hermano Saraiva e António Sérgio (DUBY, 1982; FRANC JÚNIOR, 1992; SARAIVA, s.d; SÉRGIO, 1998) nos desenha um quadro preciso das construções ideológicas que nortearam a constituição estrutural das sociedades Ibéricas do Antigo Regime, assim como suas adequações e permanências na Era Moderna e sobre a própria História portuguesa.

Do mesmo modo, para entender o papel político de Vieira e da Companhia de Jesus no contexto português dos seiscentos, nossa análise se guiará por leituras de autores como Alfredo Bosi, Alcir Pécora, João Lúcio D' Azevedo, Charles Boxer, Luiz Felipe Baêta Neves, (BOSI, 1992; PÉCORA, 2005; 1992; 1994; D'AZEVEDO, 1999; BOXER, 1989; NEVES, 1998) e ainda as recentes pesquisas de Alessandro Manduco Coelho, Leandro Henrique Magalhães e Ernesto Cerveira de Sena, (COELHO, 2003; MAGALHÃES, 2008; SENA, 2003), as quais nos traçam um quadro preciso das relações entre os discursos de Vieira e sua ação como membro da Companhia de Jesus e o poder institucional monárquico português.

Nesse sentido, a fim de se analisar criticamente a oratória de Vieira é preciso situá-la no contexto da oratória barroca, entendendo-a como fruto da eloquência sacra contra-reformista do século XVI, e para se identificar essa oratória como base de sustentação ideológica para a Restauração é imprescindível realizar leituras como as de Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires e José da Costa Miranda, Beatriz Catão Cruz Santos, Alcir Pécora e Antonio José Saraiva (MENDES, PIRES & MIRANDA, 1997; PÉCORA, 1994; SANTOS, 1997). Leituras que nos ajudaram a entender a oratória barroca e sua utilização por Vieira em prol de suas causas, usando como arma a sua própria imagem pública. Neste sentido é de fundamental importância levar em consideração o momento contextual do Sermão, pois é este o núcleo da argumentação discursiva e persuasiva do jesuíta. O contexto é parte importante tanto quanto a exegese bíblica sagrada na elaboração do discurso homilético vieiriano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

Bloch, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002.159p.

BOSI, Alfredo. “Vieira ou a cruz da desigualdade”. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 119-148.

_____. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 43ed. São Paulo:Cultura, 2006.528p.

BOXER, Charles R.“A Luta Global com os holandeses (1600-63)”. In :*O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 120-387.

COELHO, Alessandro Manduco. O empenho de Antonio Vieira. *Lua Nova*, 2003, no.59, p.115-135. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a06n59.pdf>>. acesso em: 12 de Novembro de 2006.

D’ AZEVEDO, João Lúcio. “Últimos Anos de Antonio Vieira”.In: **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Edição fac-similar de 1901. Belém: SECULT, 1999.p. 83-99.

DUBY, Georges. “Gênese”. In: **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982. p. 83-144.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 208. 204p.

MAGALHÃES, Lendro Henrique. **Vieira e a economia da Restauração**. Disponível em: <<http://www.geosites.com/Athens/Atrium/2466/magalhaes.html>>. Acesso em 16 de Junho de 2007. 15p.

MENDES, Margarida Vieira. “Tópica e Método na Sexagésima”. In: **A oratória barroca de Vieira**. 2 ed. Editorial Caminho, S/A, Lisboa. 2003.p. 147-175.

PÉCORA, Antonio Alcir B (org). **Sermões: Padre Antonio Vieira**. Tomos 1 e 2. São Paulo: Hedra, 2001.

_____. Para ler Vieira: as 3 pontas das analogias nos sermões; **Floema** - Caderno de Teoria e História Literária, v. 1, n. 1, p.inicial 29, p.final 36. 2005.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Pináculo do Temp(I)o: O Sermão do Padre Antônio Vieira e o Maranhão do Século XVII**. Brasília: EdUnB, 1997.106p.

SANTOS, Maria C. da G. **Vieira e a Restauração do reino português pós União Ibérica: uma breve análise do sermão de Santo Antonio de 1642**. Maceió: [s.n], Monografia- Universidade Federal de Alagoas, 2008.39f.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. Lisboa: Estampa América, s.d.